

HABEAS CORPUS Nº 502.202 - SP (2019/0093958-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PATRICK LEMOS CACICEDO - RJ143765
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO PEREIRA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MARCELO PEREIRA DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2036555-21.2019.826.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 18/2/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 24-A, por diversas vezes, da Lei n. 11.340/06 (descumprimento de medidas protetivas). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

"Habeas Corpus" - Crime de descumprimento de medida protetiva - Prisão preventiva - Revogação - Não acolhimento - Fundamentação idônea - Necessária a prisão preventiva do paciente com o fim de assegurar a integridade física e psicológica da ofendida - Ausência de constrangimento ilegal - Ordem denegada (fl. 39).

No presente *mandamus*, argumenta que, em caso de condenação, o regime inicial para o cumprimento da reprimenda será o aberto. Desse modo, pondera que a manutenção da prisão cautelar seria desproporcionalmente severa.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da custódia cautelar.

A liminar foi indeferida às fls. 45/46. Informações prestada às fls. 52/64 e 65/69. O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem, às fls. 71/75.

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações encaminhadas pelo Juízo de origem e em consulta ao andamento processual no sítio eletrônico do Tribunal *a quo*, verifica-se que, na Ação Penal n. 1504015-69.2019.8.26.0228, de que aqui se cuida, em 12/4/2019, sobreveio sentença que condenou o paciente à pena de 3 meses e 15 dias de detenção, em regime semiaberto, pela prática do delito previsto no art. 24 - A da Lei n. 11.340/2006, ocasião em que lhe foi negado o apelo em liberdade.

Em 15/5/2019, no julgamento do HC n. 2082781-84.2019.8.26.0000, a Corte de origem concedeu ao paciente o direito de recorrer em liberdade, determinando a expedição de alvará em soltura em seu favor.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *mandamus*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator